

**MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DOCENTE
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Edição Especial 01 - Dezembro de 2024

**BOLETIM
INFORMATIVO**

**O Novo Fundeb como política pública de Estado: um
caminho para a equidade na educação
básica brasileira**

**Ma. Célia Aparecida Tavares Ramos
Dr. Ricardo Baratella**





APRESENTAÇÃO

A criação de um **Boletim Informativo** como produto educacional em um curso de Mestrado Profissional em Educação é de extrema importância, pois reflete a interação entre teoria e prática, um dos princípios fundamentais desse tipo de formação.

Sua relevância pode ser compreendida a partir de diferentes perspectivas:

A) Divulgação e disseminação do conhecimento

O Boletim Informativo é uma ferramenta eficaz para a democratização do conhecimento. Ele permite que resultados de pesquisas, análises críticas e propostas pedagógicas desenvolvidas no contexto do Mestrado sejam divulgados de maneira clara, objetiva e acessível a diferentes públicos, como gestores, professores, estudantes e a comunidade em geral.

B) Articulação entre pesquisa e prática educacional

Como produto educacional, o Boletim Informativo é uma ponte entre os achados acadêmicos e a realidade educacional. Ele traduz o rigor científico em propostas práticas e aplicáveis ao cotidiano das escolas e redes de ensino, contribuindo para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e da gestão educacional.

C) Fomento ao debate e reflexão crítica

O Boletim Informativo pode ser utilizado como um instrumento para fomentar o debate sobre temas educacionais relevantes, como políticas públicas, estratégias pedagógicas e desafios contemporâneos.

Ao estimular a reflexão crítica, ele contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores e para o fortalecimento das práticas pedagógicas.

D) Instrumento de Formação Continuada

A elaboração e distribuição de um Boletim Informativo oferece aos educadores uma oportunidade de formação continuada. Ele permite que conhecimentos atualizados sejam compartilhados de forma constante, ajudando a qualificar o trabalho docente e a gestão escolar.

E) Contribuição para a política pública e transformação social

Ao abordar temas como o Novo Fundeb, inclusão, ou equidade na educação, o Boletim fortalece a conexão entre o Mestrado Profissional e as demandas sociais e educacionais do país. Ele potencializa a contribuição dos mestrandos para a formação e implementação de políticas públicas mais justas e efetivas.

F) Desenvolvimento de competências acadêmicas e comunicativas

A produção de um Boletim Informativo exige que o mestrandos desenvolva habilidades como análise crítica, síntese de informações e comunicação escrita. Essas competências são fundamentais para o sucesso no meio acadêmico e no exercício profissional. Portanto, o Boletim Informativo se destaca como um produto educacional que não apenas representa o compromisso do Mestrado Profissional com a prática, mas também como uma ferramenta para metamorfosear o conhecimento em ações concretas, beneficiando o contexto educacional.

FUNDEB: DE TRANSITORIEDADE À PERMANÊNCIA

A educação básica no Brasil sempre foi desafiada por desigualdades regionais, socioeconômicas e estruturais que impactam diretamente na qualidade do ensino oferecido a milhões de estudantes. Em um país de dimensões continentais, as disparidades entre estados e municípios revelam urgência de políticas públicas eficazes para reduzir essas diferenças e promover a equidade. Nesse cenário, o Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), intitulado pela Emenda Constitucional nº 108 de 2020, surge como uma política de Estado transformadora.

O Fundeb substituiu o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), ampliando seu alcance para toda a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Originalmente concebido como uma política transitória, o Fundeb ganhou caráter permanente com o Novo Fundeb, consolidando-se como um instrumento essencial para o financiamento da educação básica.

A principal inovação do Novo Fundeb é o aumento gradual da participação da União no financiamento, que passou de 10% para 23%, reforçando a redistribuição de recursos para estados e municípios com menor capacidade arrecadatória. Além disso, a incorporação de novos critérios de equidade, como o Valor Aluno/Ano Total (VAAT), garante uma distribuição mais justa dos recursos, priorizando regiões historicamente desfavorecidas.

CONTRIBUIÇÃO PARA A EQUIDADE E QUALIDADE EDUCACIONAL

Uma das principais contribuições do Novo Fundeb é a redução das desigualdades regionais na oferta educacional. Antes, municípios com menor capacidade financeira enfrentavam dificuldades em garantir o mínimo necessário para uma educação de qualidade. Agora, com um aporte maior da União e a redistribuição mais equitativa dos recursos, esses municípios têm condições de melhorar suas infraestruturas, valorizar os profissionais da educação e implementar projetos pedagógicos mais eficazes.

Outro aspecto relevante é a vinculação do financiamento às metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Essa articulação reforça a responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios para atingir objetos como a universalização do ensino e a melhoria dos índices de desempenho escolar.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

Apesar dos avanços, o Novo Fundeb enfrenta desafios significativos. Um dos principais é garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e transparente. A fiscalização do uso desses recursos e da sociedade civil. Além disso, a formação e capacitação de gestores educacionais são essenciais para assegurar uma gestão eficiente e comprometida com os objetivos do Fundo.

Outro desafio é a integração entre as esferas de governo. A efetividade do Novo Fundeb depende de uma colaboração estreita entre União, estados e municípios, além de uma visão de longo prazo para a implementação de políticas educacionais consistentes e sustentáveis.

CRÍTICAS AO NOVO FUNDEB: LIMITAÇÕES E DESAFIOS

O Novo Fundeb, aprovado pela Emenda Constitucional nº 108 de 2020, representa um avanço significativo no financiamento da educação básica no Brasil, mas não está isento de críticas. Apesar de suas inovações e objetivos ambiciosos, a implementação dessa política de Estado enfrenta diversos desafios estruturais, operacionais e conceituais que ameaçam seu pleno potencial transformador.



DESAFIOS NA REDISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Embora o Novo Fundeb tenha ampliado a participação da União no financiamento, muitos especialistas argumentam que o modelo ainda não é suficiente para corrigir as desigualdades estruturais na educação básica.

O critério do Valor Aluno/Ano Total (VAAT) busca promover maior equidade, mas sua aplicação pode não contemplar plenamente as especificidades locais, especialmente em municípios pequenos ou extremamente carentes. Em algumas regiões, o aumento dos repasses não é suficiente para compensar a carência histórica em infraestrutura e qualidade do ensino.

FALHAS NA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Outro ponto de crítica ao Novo Fundeb é a falta de mecanismos robustos de monitoramento e fiscalização do uso dos recursos. Apesar da exigência de conselhos de controle social, sua atuação ainda é limitada em muitos municípios devido à falta de capacitação, autonomia e condições de trabalho. Isso compromete a transparência e pode facilitar desvios ou aplicações inadequadas dos fundos.

DEPENDÊNCIA DE POLÍTICAS COMPLEMENTARES

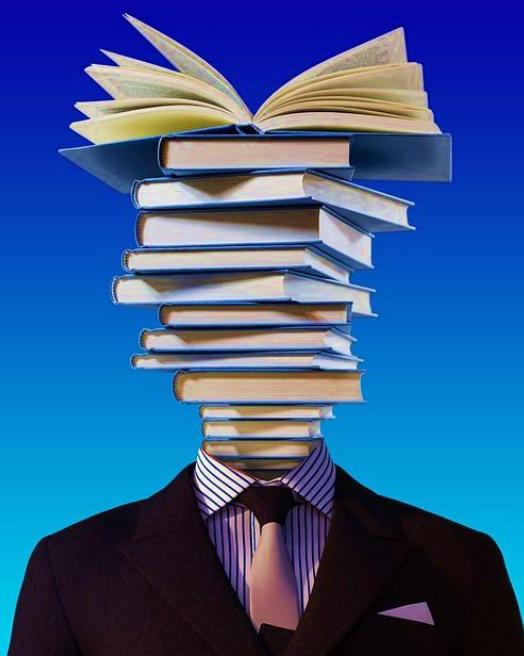
O sucesso do Novo Fundeb depende de uma série de políticas complementares que nem sempre estão sendo implementadas de forma articulada. Por exemplo, a melhoria da formação de professores, a garantia de acesso à educação infantil e a universalização do ensino médio são metas que requerem investimentos adicionais e integração entre os entes federativos. A falta de coordenação entre União, estados e municípios pode limitar os resultados esperados.

DESAFIOS NA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Apesar de ser uma das pilares do Fundeb, a valorização dos profissionais da educação ainda enfrenta entraves. Em muitos estados, os repasses não são suficientes para garantir remunerações adequadas e condições de trabalho dignas. Além disso, a disparidade salarial entre regiões permanece significativa, perpetuando as desigualdades educacionais.

AUSÊNCIA DE INDICADORES QUALITATIVOS

Embora o Novo Fundeb inclua critérios de distribuição mais equitativos, ela ainda carece de um foco mais acentuado em indicadores qualitativos que avaliem o impacto real dos investimentos na aprendizagem dos estudantes. Sem mecanismos claros para medir os avanços pedagógicos, há o risco de os recursos adicionais não se traduzirem em melhorias efetivas na qualidade da educação.



DEPENDÊNCIA DE VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Embora o caráter permanente do Novo Fundeb represente uma conquista, sua dependência de receitas tributárias o torna vulnerável às flutuações econômicas. Em momentos de crise fiscal, a arrecadação dos entes federativos pode ser reduzida, comprometendo os recursos destinados à educação e agravando os problemas estruturais.

INOVAÇÕES E IMPACTOS FUTUROS

ONovo Fundeb representa um marco para educação brasileira, indo além do financiamento para se tornar uma ferramenta de transformação social. Ao priorizar a equidade e a qualidade, ele tem o potencial de romper o ciclo de pobreza e desigualdade que afeta gerações de brasileiros. Ademais, iniciativas inovadoras, como o uso de indicadores de desempenho para orientar a alocação de recursos, podem inspirar outros países e situações similares.

Por fim, o sucesso do Novo Fundeb depende não apenas de sua implementação técnica, mas também de um compromisso coletivo com a educação como prioridade nacional. Esse compromisso requer uma sociedade vigilante e participativa, além de governantes dispostos a colocar a educação no centro das decisões políticas. O Novo Fundeb não é apenas uma política pública; é um projeto de nação que, se bem conduzido, poderá mudar os rumos da história educacional do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ONovo Fundeb é uma conquista importante para a educação básica no Brasil, mas não resolve, por si só, os desafios históricos do setor. Suas críticas apontam para a necessidade de avanços na gestão, transparência e coordenação entre os entes federativos, bem como para a implementação de políticas complementares que potencializem seus efeitos. O Fundeb não deve ser visto como a única solução, mas como um ponto de partida para transformações mais amplas e estruturais no sistema educacional brasileiro.



Catalogação elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central Uniube

Ramos, Célia Aparecida Tavares.

R147b Boletim informativo - O Novo Fundeb como política de Estado: um caminho para a equidade na educação básica brasileira / Célia Aparecida Tavares Ramos. - Edição especial. - [Uberlândia (MG)], dez. 2024. [7] p.: il., color.

Este produto foi produzido a partir da dissertação ‘O FUNDEB como política pública de estado: possibilidades, desafios e equidade escolar na educação básica’ e apresentado ao Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - Mestrado pela Universidade de Uberaba - Uniube, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Baratella.

1. Educação e Estado - Brasil. 2. Educação básica. 3. Políticas públicas. I. Baratella, Ricardo. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - Mestrado. III. Título.